“Você é mulher e ele vai te atender”: percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em João Pessoa-PB

“You’re a woman and he’ll please you”: perception of moral and sexual harassment against women journalists in João Pessoa-PB

“Eres mujer y el te complacerá”: percepción del acoso moral y sexual contra mujeres periodistas en João Pessoa-PB

Damirys de Fátima Machado Maciel[1]

Ana Flávia Alves de Lima[2]

Oliviene Querino[3]

Glória Rabay[4]

Resumo: O presente artigo discute o assédio moral e sexual sofrido por mulheres jornalistas — da graduação ao mercado de trabalho — na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. A pesquisa pretendeu analisar os modos de percepção das mulheres jornalistas que trabalham nas redações de João Pessoa a respeito das práticas de assédio moral e sexual durante a formação e no exercício da profissão. Para a coleta de dados, foram aplicados um questionário e entrevistas em profundidade acerca das violências sofridas pelas mulheres no jornalismo paraibano. Buscou-se identificar as origens mais comuns deste tipo de prática contra as mulheres, relatar o impacto da violência na carreira profissional das vítimas e compreender como a cultura organizacional das empresas de comunicação interfere na manutenção ou coibição da persistência do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas. Os números apanhados indicam a recorrência do assédio moral e sexual, assim como outras violências de gênero contra mulheres jornalistas em João Pessoa.

Palavras-chave: assédio moral; assédio sexual; mulheres jornalistas; jornalismo.

Abstract: This article discusses the moral and sexual harassment suffered by female journalists — from undergraduate education to the job market — in the city of João Pessoa, capital of the state of Paraíba. The research intended to analyze the perceptions of female journalists who work in newsrooms in João Pessoa regarding practices of moral and sexual harassment during their training and in the exercise of their profession. To collect data, a questionnaire and in-depth interviews about the violence suffered by women in journalism in Paraíba were applied. The aim was to identify the most common origins of this type of practice against women, report the impact of violence on the professional careers of victims and

[1] *Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). https://orcid.org/0009-0002-1173-8580. E-mail: dfmm@academico.ufpb.br.*

[2] *Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). https://orcid.org/0009-0009-4919-9288. E-mail: afal2@academico.ufpb.br.*

[3] *Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). https://orcid.org/0009-0008-8479-3226. E-mail: oliviene.marcelino@academico.ufpb.br.*

[4] *Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).. https://orcid.org/0000-0002-0985-9044. E-mail: gloria.rabay@academico.ufpb.br.*

understand how the organizational culture of communication companies interferes in the maintenance or prevention of the persistence of moral and sexual harassment against female journalists. The numbers indicate the recurrence of moral and sexual harassment, as well as other gender-based violence against female journalists in João Pessoa.

Keywords: moral harassment; sexual harassment; women journalists; journalism.

Resumen: Este artículo aborda el acoso moral y sexual que sufren las mujeres periodistas — desde su graduación hasta el mercado de trabajo — en la ciudad de João Pessoa, capital del estado de Paraíba. La investigación tuvo como objetivo analizar las percepciones de las mujeres periodistas que actúan en redacciones de João Pessoa sobre las prácticas de acoso moral y sexual durante su formación y en el ejercicio de su profesión. Para recolectar datos se aplicó un cuestionario y entrevistas en profundidad sobre la violencia sufrida por las mujeres en el periodismo de Paraíba. El objetivo fue identificar los orígenes más comunes de este tipo de prácticas contra las mujeres, denunciar el impacto de la violencia en la carrera profesional de las víctimas y comprender cómo la cultura organizacional de las empresas de comunicación interfiere en el mantenimiento o prevención de la persistencia del acoso moral y sexual contra las mujeres periodistas. Los números recopilados indican la recurrencia del acoso moral y sexual, así como otras violencias de género contra mujeres periodistas en João Pessoa.

Palabras-clave: acoso moral; acoso sexual; mujeres periodistas; periodismo.

Introdução

O crescimento da presença feminina nas empresas de comunicação no Brasil, sobretudo de mulheres brancas e de classe média, confunde-se com a obrigatoriedade do diploma para exercer o jornalismo, decretada em 1969, que resultou na criação de cursos de graduação em todo país e permitiu às mulheres a formação profissional. A partir dos anos 1980, quando as primeiras turmas de jornalistas graduados começaram a concluir o curso e a entrar no mercado de trabalho, as mulheres tiveram a chance de disputar as vagas para jornalistas.

Na Paraíba não foi diferente. Glória Rabay e Camila Bezerra (2022) veem uma relação entre o aumento da entrada das mulheres nas redações paraibanas e a instituição do curso de graduação em Jornalismo, como uma das habilitações do curso de Comunicação Social, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1977.

De acordo com o relatório Mulheres no Jornalismo Brasileiro, de 2017, desenvolvido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a revista Gênero e Número, hoje, apesar de representarem a maior parcela da categoria no país, as mulheres jornalistas recebem menos, estão em menos cargos de poder e são vítimas frequentes de assédio no exercício da profissão. 84% já sofreram algum tipo de violência psicológica e 70% já foram ou viram alguma colega ser assediada no ambiente de trabalho. Isso confirma a hostilidade do campo jornalístico às mulheres, ao evidenciar a maneira com que o machismo e a misoginia

inerentes à divisão sexual do trabalho permeiam as relações laborais e as carreiras de mulheres jornalistas.

Conforme o Perfil do Jornalista do Nordeste 2023, produzido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 43,4% e 10,8% dos jornalistas, homens e mulheres, já sofreram, respectivamente, algum tipo de violência moral ou sexual. Mais da metade (54,5%) presenciou situações de assédio moral contra colegas no ambiente de trabalho, enquanto 17,6% testemunhou casos de assédio sexual. Esses dados, apesar de partirem de uma amostragem geral, revelam a discrepância entre as experiências do universo de jornalistas e as particulares das jornalistas mulheres acerca das violências no trabalho.

Por isso, o presente artigo é resultado de uma enquete sobre assédio moral e sexual sofrido por mulheres jornalistas — da graduação ao mercado de trabalho — na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Assédio moral, como consta no Código Penal brasileiro, consiste em ofensas reiteradas à "[...] dignidade de alguém causando-lhe dano ou sofrimento físico ou mental, no exercício de emprego, cargo ou função" (BRASIL, 2019). Similarmente, o assédio sexual é condicional à existência de laços de trabalho entre o agressor e o agredido, de modo que o agente abusa da hierarquização laboral para exigir favores sexuais da vítima. No Art. 216-A, o assédio sexual é tipificado como um crime baseado em

> [...] constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos (BRASIL, 2001).

Em João Pessoa, há uma lei municipal específica para crimes de assédio moral, cujo texto prevê, de acordo com a reincidência e a gravidade do ato, penalidades como advertências, suspensões ou demissões. Essas advertências, ainda, podem ser convertidas em participações em "programas de aprimoramento de relações interpessoais". Entre os exemplos de assédio moral, a lei aponta:

> I - marcar tarefas com prazos impossíveis e/ou fora de sua atuação especializada;
> II - passar alguém de uma área de responsabilidade técnica para funções triviais;
> III - tomar crédito de ideias e projetos de outros;
> IV - ignorar ou excluir um funcionário, só se dirigindo a ele através de terceiros;
> V - sonegar informações necessárias ao seu desempenho funcional, de forma insistente;
> VI - divulgar rumores maliciosos;
> VII - criticar com persistência;
> VIII - subestimar esforços (JOÃO PESSOA, 2009).

Para Margarita Barreto e Roberto Heloani (2015), além da ausência sintomática de doenças, o fortalecimento da saúde no ambiente de trabalho depende da sintonia física e mental do trabalhador. A prática do assédio laboral, portanto, representa um rompimento com a integridade do funcionário e é reconhecida pelo movimento feminista como uma aniquilação da dignidade individual. De fato, conforme Marie-France Hirigoyen (2003), o assédio implica uma relação de imposição e abuso de poder, na qual a vítima, "coisificada" e sem possibilidade de defesa, é dominada pelo agressor, cujos ataques visam controlar a individualidade do agredido e perpetuar um estado de submissão e dependência.

No jornalismo, embora seja algo recorrente, esse é um problema ainda pouco abordado. Em 2015, no artigo "Jornalistas Intimidadas: Dados de Violência Moral na Região Sul do Brasil", do grupo Comunicação e Democracia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), quase 80% das jornalistas revelaram ter sofrido assédio moral durante o exercício da profissão (CARVALHO; PORTELA, 2016). Um ano depois, em 2016, uma pesquisa do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJPDF) coletou informações de 535 mulheres de 21 estados do país, das quais 79,9% reconheciam ter sido vítimas de assédio moral ao longo da carreira.

Thales Lelo (2019) identifica a violência contra as mulheres em quatro esferas do exercício do jornalismo: a divisão sexual do trabalho, as culturas organizacional e profissional e as rotinas produtivas. Nesta última, verificam-se a

> A) Reprodução de binarismos de gênero nas redações;
> B) Intimidação, descrédito profissional, assédio e violência perpetrados por fontes de informação e entrevistados (sobretudo autoridades públicas, membros das elites financeiras e celebridades);
> C) Hiperssexualização na relação com as fontes;
> D) Acesso restrito a determinados espaços e maior risco de sofrer violência na cobertura de acontecimentos públicos;
> E) Intimidação e ameaça na interlocução com a audiência (sobretudo na cobertura de temas supostamente ligados ao universo masculino e em reportagens sobre questões de gênero e sexualidade);
> F) Silenciamento de profissionais vítimas de assédio;
> G) Ausência de políticas nas empresas incumbidas de oferecerem amparo psicológico e jurídico às profissionais (LELO, 2019).

Para Monique Portela (2018), as violências de gênero sofridas por jornalistas classificam-se em três categorias, de acordo com quem as pratica: assédios verticais descendentes, cometido por superiores hierárquicos contra subordinados; horizontais, entre colegas de redação; e quanto às fontes, específico do campo jornalístico. Nesse contexto, o trato com as fontes, embora à primeira vista não presuma o estabelecimento de um contato duradouro

ou vínculos empregatícios, representa uma ameaça externa, que utiliza da posição no processo de apuração e cobertura de acontecimentos para praticar abusos.

Assim, as mulheres jornalistas, "[...] apesar de serem maioria na profissão, continuam sendo minoria no sentido sociológico, subjugadas pelos privilégios conferidos aos homens" (TEMER; MORAIS, 2018, p. 15). Isso se expressa na cultura organizacional do campo, cujas normas seguem uma lógica corporativista masculina. Mulheres jornalistas, por conseguinte, entram no mercado de trabalho em desvantagem por serem mulheres, ao dependerem da reprodução de valores machistas para obterem o reconhecimento dos pares (BOURDIEU, 2004b, p. 191).

Essa conjuntura se complexifica uma vez a par das interseccionalidades de classe, gênero e raça. Pesquisas recentes (GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI, 2018; TEMER; MORAIS, 2018) revelam o cotidiano de violências de gênero contra mulheres jornalistas no Brasil. Contudo, não foram encontrados estudos com ênfase em denunciar e buscar soluções para o assédio moral e sexual contra mulheres no jornalismo paraibano no banco de teses e dissertações da UFPB.

Desse modo, analisamos os modos de percepção das mulheres jornalistas que trabalham nas redações de João Pessoa a respeito das práticas de assédio moral e sexual durante a formação e no exercício da profissão. Buscamos, também, identificar as origens mais comuns deste tipo de prática contra as mulheres, relatar o impacto da violência na carreira profissional das vítimas e compreender como a cultura organizacional das empresas de comunicação interfere na manutenção ou coibição da persistência do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas.

Realizou-se, dessa maneira, uma pesquisa bibliográfica, bem como a aplicação de um questionário para coletar informações acerca das violências enfrentadas pelas mulheres no jornalismo paraibano. Os dados coletados indicam a recorrência do assédio moral e sexual, assim como outras violências de gênero contra mulheres jornalistas em João Pessoa.

Diante disso, o questionário aplicado cumpriu a função da pesquisa exploratória, ao possibilitar o entendimento do problema e contribuir para a construção do roteiro da entrevista, realizada a fim de identificar e compreender a dimensão das violências sofridas por mulheres jornalistas na cidade de João Pessoa. Nessa perspectiva, o período de formação universitária representa não só o primeiro contato com o meio jornalístico, mas também as primeiras experiências com as agressões que permeiam a jornada de trabalho de mulheres na área. Por

isso, ampliou-se o universo de sujeitos da pesquisa, uma amostra capaz de abranger mulheres da graduação ao mercado de trabalho.

Diante dessa perspectiva, a interpretação dos dados se deu com base na análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977). Além disso, por se tratar de uma pesquisa descritiva com "[...] quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais..." (LAKATOS; MARCONI, 1996, p. 19), adotou-se uma postura sociológica, de modo a conectar o contexto local ao panorama histórico global. Assim, foi elaborado um questionário com 50 questões abertas e fechadas, por meio do aplicativo Google Forms, plataforma gratuita de acompanhamento de formulários online.

O questionário foi enviado através de plataformas digitais, distribuído em grupos de jornalistas e ficou aberto a respostas durante 45 dias, de julho a agosto de 2024, mas, apesar disso, apenas doze mulheres o preencheram. A partir disso, foi construído o roteiro de entrevistas em profundidade com mulheres jornalistas de João Pessoa. No jornalismo, essa técnica enfatiza "[...] a figura do entrevistado, a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que ele desenvolve ou um viés de sua maneira de ser, geralmente relacionada com outros aspectos de sua vida" (LAGE, 2005, p. 75).

Cremilda Medina (2008) descreve a entrevista como a principal ferramenta do jornalista para adentrar o imaginário do personagem, porque ela possibilita um encontro em que ambos "[...] se modificam, se revelam, crescem no conhecimento de mundo e deles próprios" (MEDINA, 1986, p. 8):

> Em certos casos felizes, a entrevista torna-se diálogo. Este diálogo é mais que uma conversação mundana. É uma busca em comum. O entrevistador e o entrevistado colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema (MEDINA, 1986, p. 15).

Assim, a entrevista torna-se um espaço determinado pela troca entre o interior tanto do entrevistador quanto do entrevistado. Nela, o contato e a escuta ativa superam a função meramente informativa: esboçam um método de percepção do outro e do mundo ao redor.

Ansiedade, depressão, insônia e isolamento social: os sintomas do assédio no ambiente de trabalho

Com um total de doze respostas ao questionário proposto pela equipe, oito das entrevistadas se identificaram como brancas, três como pardas e uma como preta. Mais da

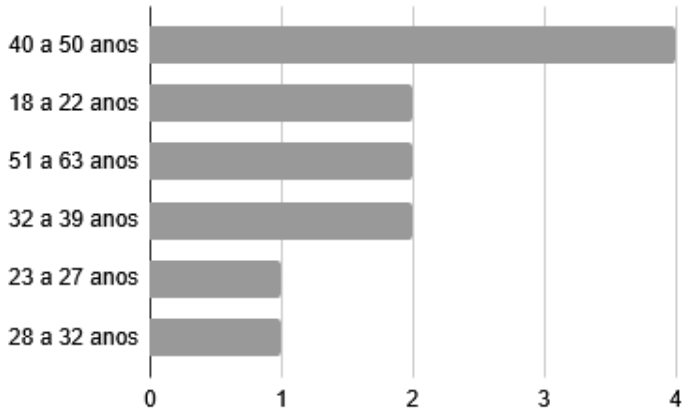
metade é solteira (7), tem ensino superior completo (7), recebe de dois a três salários mínimos (9) e não possui filhos (8), conforme as tabelas de 1 a 5. Todas as entrevistadas afirmaram ter sofrido assédio no ambiente de trabalho.

Tabela 1 – Raça ou etnia

Branca	Parda	Preta
8	3	1

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 1 mostrando a distribuição de raça e etnia entre as respondentes: branca (8), parda (3) e preta (1).

Gráfico 1 – Idade (em anos)



Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: gráfico de barras com distribuição etária das respostas: quatro pessoas têm entre 40 e 50 anos, duas têm entre 18 e 22 anos, duas têm entre 32 e 39 anos, duas têm entre 51 a 63 anos, uma tem entre 23 e 27 anos e uma entre 28 e 32 anos. A faixa etária de 40 a 50 anos é a mais frequente.

Tabela 2 – Estado civil

Solteira	Casada	Divorciada	Viúva
7	3	1	1

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 2 mostrando a distribuição de estado civil entre as respondentes: solteira (7), casada (3), divorciada (1), viúva (1).

Tabela 3 – Grau de escolaridade

Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Pós-graduação *lato sensu*
3	7	2

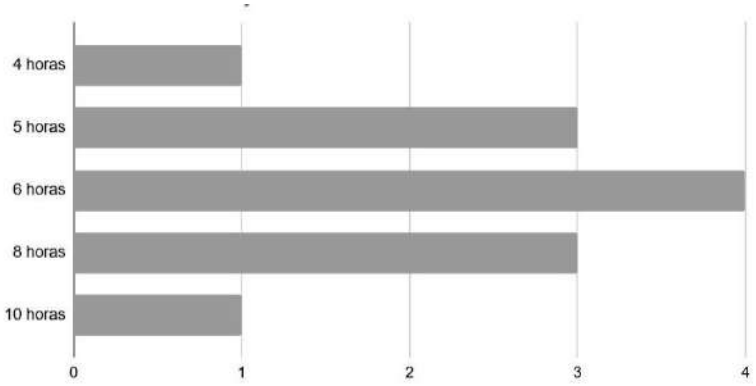
Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 3 mostrando a distribuição de grau de escolaridade entre as respondentes: ensino superior incompleto (3), ensino superior completo (7), pós-graduação lato sensu (2).

Tabela 4 – Renda mensal (em salários mínimos)

Até 1	1	De 2 a 3	De 6 a 7
1	1	9	1

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 4 mostrando a distribuição de renda mensal entre as respondentes: até um salário mínimo (1), um salário mínimo (1), de dois a três salários mínimos (9) e de seis a sete salários mínimos (1).

Gráfico 2 – Jornada de trabalho (em horas)



Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: gráfico de barras com distribuição das jornadas de trabalho diárias das respondentes: uma tem jornada de quatro horas, três têm jornada de cinco horas, quatro têm jornada de seis horas, três têm jornada de oito horas e uma tem jornada de dez horas. A jornada de seis horas é a mais frequente.

Tabela 5 – Número de filhos

Nenhum	1	2
8	1	2

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 5 mostrando o número de filhos das respondentes: uma pessoa não tem filhos, duas pessoas têm um filho e oito pessoas têm dois filhos.

Entre as entrevistadas, uma sofreu apenas assédio sexual, duas sofreram apenas assédio sexual e nove sofreram ambos (**Tabela 6**). A redação foi apontada como o local com a maior

frequência de ocorrências de assédio (10), seguido por situações de cobertura externa (6), estúdio (4), eventos (4) e aplicativos de mensagem (1) (**Tabela 7**), violências categorizadas por Portela (2018).

Tabela 6 – Assédio sofrido

Moral	Sexual	Ambos
1	2	9

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 6 mostrando os tipos de assédio sofrido pelas respondentes: uma pessoa sofreu assédio moral, duas pessoas sofreram assédio sexual e nove pessoas sofreram ambos os tipos de assédio.

Tabela 7 – Local do assédio

Aplicativo de mensagem	Cobertura externa	Estúdio	Eventos	Redação
4	4	4	4	10

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 7 mostrando os locais onde as respondentes sofreram assédio: quatro pessoas foram assediadas por meio de um aplicativo de mensagem, quatro pessoas em coberturas externas, quatro pessoas em estúdio, quatro pessoas em eventos e dez pessoas na redação.

Quanto aos tipos de assédio, destacaram-se comentários de natureza sexual, piadas machistas e críticas injustas e/ou excessivas ao trabalho das entrevistadas (9); mensagens ou ligações telefônicas e toques indesejados (8); atribuição proposital e sistemática de tarefas inferiores ou superiores às competências das entrevistadas, convites indesejados, descrédito na frente de colegas, superiores ou subordinados e piadas de cunho discriminatório (6); olhares ou gestos sugestivos, ter a presença ignorada e ser isolada ou zombada pelas origens, nacionalidade, crenças religiosas ou convicções políticas (4); e insistência para encontros sexuais indesejados (3).

Além disso, oito das entrevistadas relataram ter sido expostas a uma carga de trabalho excessiva e receber críticas exageradas ou injustas acerca do trabalho ou esforço. Sete foram humilhadas ou ridicularizadas em relação ao trabalho e receberam sinais ou indicações para pedir demissão ou largar o cargo, ao passo que seis foram excluídas, sem qualquer ocupação

ou tarefas, tiveram direitos discriminados e foram alvos de elogios constantes sobre atributos físicos de forma constrangedora. Dez tiveram opiniões e pontos de vista ignorados.

Diante disso, as respostas alinham-se à visão de Hirigoyen (2003) acerca da submissão da vítima à vontade do agressor, coisificada e desprovida de mecanismos efetivos de defesa. Isso evidencia a complexidade e a gravidade das formas de violência simbólica e estrutural enfrentadas pelas entrevistadas. A experiência da mulher jornalista no ambiente de trabalho é marcada por dinâmicas sistemáticas de silenciamento, desqualificação e exclusão, características notáveis do assédio moral.

A maioria das ocorrências aconteceu no último ano (6) e foram vividas mais de uma vez (11). Em quatro dos casos, medidas foram tomadas para solucionar o problema, mas em três as denúncias foram ignoradas. Cinco pessoas não relataram os ocorridos por medo de retaliação, falta de confiança nos órgãos responsáveis e ineficácia e outras duas por receio de represália no contexto laboral e social e falta de clareza nos procedimentos para denúncia.

Essa dificuldade de acesso a mecanismos eficazes de proteção e responsabilização revela a fragilidade das políticas públicas e da legislação vigente no enfrentamento à violência no ambiente de trabalho. Embora o município de João Pessoa tipifique o crime de assédio, na prática, a formalidade da lei não se traduz em segurança efetiva para as vítimas. O baixo número de denúncias e de confiança institucional entre as profissionais apontam para a manutenção de uma cultura de impunidade.

Para sete das entrevistadas, o primeiro episódio de assédio ocorreu no início da carreira. Nesse contexto, dez veem a cultura organizacional de empresas jornalísticas como tolerante ao assédio ou negligente em relação ao problema e quatro acreditam que o assédio as influenciou na carreira de modo a impedir a progressão na área ou a levar a procurar outro emprego. Todas também conhecem jornalistas que passaram por situações semelhantes.

Esses dados refletem a quebra do compromisso das organizações jornalísticas com o bem-estar das trabalhadoras, observado por Barreto e Heloani (2015), na medida em que ilustram a anulação dos direitos fundamentais das mulheres jornalistas. Nesse aspecto, após sofrer o assédio, mais da metade lida com ansiedade excessiva (8), mudanças de humor abruptas, perda de interesse em atividades antes prazerosas, sentimentos de culpa ou vergonha e de tristeza profunda (7) e dificuldade para dormir (6). Elencou-se, ainda, sintomas de dificuldade de concentração (5), isolamento social (2) e pesadelos recorrentes (1).

> Tento ao máximo evitar estar perto de alguns homens no trabalho e de alguns entrevistados quando percebo o jeito que agem (Respondente 1).

> Me sinto cansada e adoecida psicologicamente (Respondente 2).
> Eu não desisti de meu trabalho ou mudei a forma de trabalhar após a situação de importunação, ou os casos de agressividade de um colega de trabalho. Porém, assumi uma postura defensiva, reagia a cada vez que ele se movimentava para criticar o meu trabalho (Respondente 3).
> Trabalho numa empresa onde não sofro assédio, mas ainda sinto ansiedade (Respondente 4).
> Sempre procurei superar as situações e continuar com o trabalho. No último episódio, cheguei a pensar em desistir da carreira e tive depressão. Mas tratada e superada (Respondente 5).
> Não atribuo ser mulher somente a situações complicadas no ambiente de trabalho, como também ao histórico de assédio, entre outros tipos de violência, até mesmo a sexual já sofrida em outros ambientes, que me marcaram, sufocaram minha autoestima. A maturidade me fez correr atrás de recuperar o amor próprio, seja na terapia, seja nos cuidados comigo mesma, os que me reservo o direito de ter, dentro das possibilidades (Respondente 6).

Todas as entrevistadas acreditam que ser mulher tenha sido um fator determinante para ser alvo de assédio.

Mais de uma vez, de mais de uma forma: a agenda de assédios dentro e fora das redações

Das doze respondentes ao questionário, três aceitaram participar de entrevistas em profundidade em fevereiro de 2025, com o intuito de obter informações detalhadas acerca da percepção e dos efeitos de violências de gênero na subjetividade das mulheres jornalistas. Com o consentimento das entrevistadas, as conversas foram gravadas e transcritas a partir do conteúdo extraído dos áudios. Reunimos, além disso, entrevistas de 2021 com mulheres pioneiras no jornalismo paraibano, presentes no acervo do grupo de pesquisas Mulheres no Jornalismo, do Curso de Jornalismo da UFPB, como maneira de avaliar se houve uma transformação na cultura organizacional jornalística ao longo da trajetória dessas profissionais.

Para garantir o anonimato e preservar a identidade das entrevistadas, a pesquisa utilizará os pseudônimos escolhidos por cada uma no momento da entrevista. Assim, serão apresentadas as falas de seis profissionais do campo da comunicação, três pioneiras e três ingressantes no jornalismo local:

- Carol, 22, jornalista no setor de redação;
- Dandara, 60, jornalista esportiva, atualmente aposentada;
- Diana, 49, pesquisadora em jornalismo e estudante de mestrado;
- Melissa, 62, jornalista de assessoria e jornal impresso, atualmente aposentada;
- Mônica, 21, jornalista no setor de assessoria;

- Tereza, 22, jornalista no setor de redação.

A entrevista foi estruturada em blocos, na intenção de abordar aspectos relevantes à construção da identidade e profissionalização das entrevistadas: memórias da infância, formação acadêmica, jornada profissional e vivências como mulheres e jornalistas. Para compreender melhor a intersecção desses fatores, contextualizamos a conjuntura na qual as entrevistadas cresceram e se inseriram no mercado de trabalho.

Com as jornalistas pioneiras, sublinhou-se o início da habilitação em Jornalismo no curso de Comunicação Social da UFPB, bem como o momento específico em que elas presenciaram situações de assédio no campo jornalístico pela primeira vez. Ao ingressar na universidade, Diana se aproximou da Cunhã Coletivo Feminista, um dos primeiros grupos feministas de João Pessoa. Já Dandara via o jornalismo esportivo "[...] cem por cento dominado por homens. Não existia nem uma única criatura feminina que ao menos fizesse a revisão de texto" (DANDARA, 2021).

Melissa, por outro lado, não tem "muita incursão pelos movimentos feministas", mas acredita que "O machismo [...], seja por piadas, brincadeiras, insinuações... Sempre esteve presente, ainda que disfarçado. Hoje está mais escancarado, mas sempre existiu nas redações" (MELISSA, 2021).

Nenhuma das três relatou ter sofrido episódios de assédio dentro da universidade. Na redação, porém, "bastava um chefe não ir muito com a sua cara para começar uma perseguição, com ameaças. Na redação do [Jornal 1], aconteceu muito; pelo menos eu fui vítima" (MELISSA, 2021). Como contam as entrevistadas, as experiências iniciais no mercado de trabalho foram marcadas pela diferença de tratamento:

> **Eu nunca senti**, mas acho que se eu tivesse trabalhado em redação… [...] Se vocês forem entrevistar essas mulheres que trabalham em redação, vocês irão ouvir isso: assédio dos diretores, repórteres. **Na verdade**, eu fiz uma vez o teste do [Jornal 2] e **sim, eu senti assédio de um fotógrafo lá**. Eu ia junto com ele fazer a pauta e eu sentia que ele ficava dando em cima, aquele olhar incômodo, aquelas palavras. **Então, me lembrando agora, aconteceu** quando eu comecei a fazer esses testes. Em alguns momentos na assessoria, às vezes **não davam muita credibilidade a uma pauta que eu sugeri, um trabalho que eu pedia para fazer** (DIANA, 2021, grifo nosso).
>
> Até mesmo para fazer cobertura policial, a mulher já era vista com desconfiança. "Mulher é mais delicada, não vai aguentar, por exemplo, cobrir um crime, um assassinato e tal". Lembro que, em um episódio, o editor da página policial teve um problema e nenhum dos repórteres estava disponível. Alguém sugeriu: "Por que não manda Dandara?". Ele respondeu: "**Não é interessante mandar mulher pra essas coisas.** Depois que ela ver o corpo estendido no chão, vai querer vomitar", como quem diz: "Ah, é delicada demais para cobrir um negócio tão forte". Eu lembro que falei: "Eu vou sim. Tem problema nenhum, não. Sou repórter para cobrir qualquer coisa". E fui. Foi a primeira vez que cobri algo policial, já que sempre ficava com a editoria geral, que abrangia economia e outros assuntos. Mas, de fato, no campo policial e

> esportivo, **não éramos requisitadas, a não ser em situações como essa, quando era necessário ter a notícia e não havia a quem recorrer**. O próprio editor queria ir, mas [...] não podia abandonar a redação. Então foi obrigado a me engolir. (DANDARA, 2021, grifo nosso).
> Trabalhei 16 anos no [Jornal 1] e nunca tive oportunidade de editar. **Sempre era um homem que editava e ocupava o cargo**. Eu sabia que não era incapaz, o jornal sempre apostou nas chefias masculinas. **E quando se aposta em mulheres, tem que ter aquele jeito durão de ser** (MELISSA, 2021, grifo nosso).

Todas as três não fariam Jornalismo novamente, por acreditarem que a progressão de carreira estagnou e "[...] pouca coisa mudou no que diz respeito ao tratamento nas redações, à exploração e ao salário" (MELISSA, 2021). Especialmente na Paraíba, Diana enxerga o jornalismo como uma profissão "pela qual se precisa lutar". Ela só repetiria a decisão se "as condições para o jornalista melhorassem" (DIANA, 2021).

Dandara, já em um momento posterior da carreira, "fazia o programa mais pelo amor que tinha ao Esporte do que pela satisfação do conjunto da obra" (DANDARA, 2021). Entre diversas razões, elas elencam as questões salariais, a qualidade dos profissionais, a exploração laboral, a falta de reconhecimento da profissão e o etarismo. As emissoras televisivas, na visão de Melissa, "[...] mantêm os homens como âncoras, mesmo com a idade avançada, enquanto as mulheres que permanecem são as mais jovens" (MELISSA, 2021).

Ao serem questionadas a respeito de episódios de desrespeito e violência, o assédio moral foi a agressão mais comum. A princípio, Melissa descreve as experiências como casos de assédio moral, situações de perseguição e críticas no ambiente de trabalho. Contudo, em seguida, ela narra um acontecimento que considera insinuação sexual: um colega de trabalho tentava rimar seu nome e sobrenome em piadas de duplo sentido, "sempre dessa forma, de brincadeira, e ele começava a rir" (MELISSA, 2021).

Por meio de constrangimentos, Diana sofreu assédio moral pela chefia feminina, com "gritos e exigências", seja no setor público, seja no setor privado, quando atuava em uma TV. Ao solicitar a mudança de departamento, foi demitida. Ficou "[...] dois anos sem trabalho e [se arrependeu] de não ter denunciado":

> Mas as denúncias de assédio moral são complicadas, e as de assédio sexual são ainda piores, pois é necessário reunir provas e testemunhas. Tanto eu quanto uma colega da produção da TV sofremos assédio moral: **gritos, exigências de pautas absurdas e diminuição do nosso trabalho**, fazendo a gente se sentir a pior pessoa do mundo. Eu tinha autoestima baixa na época, mas melhorei. Depois percebi que essa pessoa, que era insegura, atacava os outros porque não tinha capacidade para o cargo. Me arrependi de não ter denunciado, mas deixei para lá (DIANA, 2021, grifo nosso).

No entendimento dela, "todas as violências que a gente passa enquanto mulher, para nós jornalistas é igual" (DIANA, 2021). Em uma ocasião, Diana sentiu a necessidade de levar o marido ao trabalho para estabelecer limites aos olhares e comportamentos inadequados; só assim, a inconveniência cessou. Para ela, foi "o feminismo [que] a ajudou a encarar da melhor forma" a decepção dos episódios de assédio moral e o choque ao perceber que mulheres também podem cometer assédio (DIANA, 2021).

A nova geração de mulheres jornalistas de João Pessoa, assim como Dandara, Diana e Melissa, vive episódios rotineiros de assédio. Nos relatos, nota-se uma naturalização de microviolências de gênero como mecanismo de permanência na área: as profissionais ou se adaptam à frequência dessas ocorrências ou, por isso, não as interpretam como tal, sem cogitar denúncias formais às empresas. Das três, duas precisaram de exemplos para identificar as situações de assédio que sofreram.

Só Carol declarou ter sofrido assédio no âmbito da universidade: "a pessoa insistiu muito pra ficar comigo e acabou que eu cedi" (CAROL, 2025).

> **Eu nunca passei por nenhum caso**, nem presenciei nenhum caso de machismo, assédio sexual ou outras violências, exceto em um dos meus primeiros estágios, lá no comecinho do curso, quando eu era mais novinha. **Eu sofri uma violência que pode ser considerada, talvez, moral**, por uma pessoa que não era jornalista, ela fazia parte da chefia de um dos meus estágios, e ela controlava vários setores, então ela tinha uma autoridade diferenciada [...] Na hora a gente trava. Eu não soube me defender. Foi uma experiência que eu não vou dizer que me marcou, mas que me chateou, na época. Aí, como eu era muito novinha, eu não tive reação. Ela foi grossa, né? E eu não respondi. Eu só baixei a cabeça e fui pra casa. E **no mesmo momento que aconteceu isso, já comecei a procurar outro estágio. Um mês depois eu saí** (TEREZA, 2025, grifo nosso).
>
> Ah, tem **sempre**, né? [Um editor de imagem] me tocando, tudo mais… Isso me incomoda. A pessoa **sempre** fala me tocando e já insinuou algumas coisas (CAROL, 2025, grifo nosso).
>
> Ouvir comentários como "pede a fulano porque você é mulher e ele vai te atender" era muito comum. Piadas e falas em outro tom também. Um homem que também fazia parte da imprensa do meu antigo local de trabalho me encontrou na rua, voltando da academia, e achou de bom tom comentar em duplo sentido comigo, na minha frente. **Mesmo eu demonstrando estar desconfortável, ele continuou, depois, no local de trabalho**. **Ele fez exatamente a mesma coisa**, comentando sobre o dia anterior em que me viu. **Mais de uma vez, de mais de uma forma, situações assim aconteceram** [...] Momentos como esse me fazem pensar que algumas pessoas nunca olham para o seu trabalho, mesmo que elogiem, porque a intenção é você em um outro sentido (MÔNICA, 2025).

Tereza foi a única que não percebeu uma diferença de comportamento e tratamento na empresa quando comandada por chefes mulheres. Como Diana, o assédio que sofreu foi cometido por outra mulher. No entanto, a quantidade de mulheres em cargos de chefia

representa um ponto decisivo para a confiança da maioria das entrevistadas no ambiente de trabalho.

> Nesse estágio atual, **pela presença de mais mulheres no local, não acontece muito**. No antigo estágio, pelo contrário, **a presença era muito forte** (MÔNICA, 2025, grifo nosso).
>
> **Minha pior lembrança de quando eu entrei na área é de quando eu tinha um chefe homem. E minha melhor lembrança foi quando meu chefe passou a ser uma mulher** [...] Meu antigo chefe tratava melhor homens do que mulheres. **Ele sempre chamava meu colega pelo nome e eu era sempre "a menina"**. Eu acho que quando você tem uma chefe mulher, você é… Em certos períodos, você é compreendida com mais facilidade. Eu acho que você tem uma abertura maior para lidar com as coisas e você consegue ser ouvida, diferente de quando você é chefiada por um homem, **porque você é tratada como "a menina" e não a profissional que quer e precisa ser ouvida** (CAROL, 2025, grifo nosso).

Esse lugar de subalternidade marca-se na cultura, no modo de se referir a uma mulher por um substantivo infantil enquanto se chama pelo nome um homem que ocupa o mesmo cargo. Ser "menina" é ser algo inferior, estar em uma posição abaixo à dos homens adultos, não saber lidar com problemas ou assumir responsabilidades. A melhor memória na carreira de Tereza, por exemplo, foi quando ela deixou de ser "a menina":

> Eu trabalhava para uma empresa fora da Paraíba e senti muita confiança do meu chefe sobre mim. Fui eu e o meu celular num dia de domingo. Era primeiro de janeiro, o pessoal virado do Réveillon, pouquíssima gente na cidade. Foi uma experiência muito marcante para mim como profissional, porque **foi a primeira vez que eu fiz uma coisa independente de ser "a menina" estagiária, sabe? Sem me sentir "a menina" estagiária. E eu fiquei muito feliz com essa minha conquista** (TEREZA, 2025, grifo nosso).

São discursos nas entrelinhas, exigências indiretas, sacrifícios implícitos nos valores da própria profissão, conforme descrito por Lelo (2019). Adiar ao máximo a gravidez, estar vinte e quatro horas disponível para as demandas do trabalho, seguir às normas e padrões estéticos que ser do gênero oposto ao jornalismo implica. Para as empresas, o custo de contratar uma mulher em idade fértil não equivale ao de admitir um homem ao expediente; pelo contrário, o valor de uma mulher está em quanto ela é capaz de internalizar atitudes estereotipadamente masculinas.

Todas as entrevistadas consideram essa obrigação de equilibrar as atribuições cobradas pelo jornalismo com os deveres inerentes ao "ser mulher" a maior adversidade enfrentada no cotidiano das profissionais da comunicação.

> Além do machismo, que já é um grande ponto em que temos um gasto de energia enorme para suportar, o fato de termos **outras obrigações que nos são impostas, que**

> **acabam sendo "papel da mulher"**, faz com que existam muitos empecilhos na profissão, que também é muito imediatista (MÔNICA, 2025, grifo nosso).
> Eu diria que um dos maiores desafios para as mulheres na nossa profissão, com certeza, é **a dupla jornada, a tripla jornada, enfim… Infinitas jornadas, né?** Porque quando a gente chega em casa, a gente não para. A gente tem afazeres domésticos, a gente precisa estudar para alguma especialização, terminar algum projeto. Eu mal chego em casa e já estou com a janta pronta. Eu preciso preparar o jantar, eu preciso arrumar a casa, eu preciso me organizar [...] E ainda preciso pensar no futuro, em futuras especializações, mas com o tempo que eu tenho hoje, será realmente que me resta um tempo para fazer uma especialização? (TEREZA, 2025, grifo nosso).
> Eu encaro como machismo estrutural. As mulheres estão sempre sobrecarregadas. **Às vezes quando se é mãe e tem que ser mãe e lidar com a carreira [...] A maioria das mulheres tem a questão da dupla jornada**. Eu acho que o mercado em si enxerga que a mulher pode dar conta de muito mais coisas porque ela consegue ser mais coisas. Mas por ela conseguir ser mais coisas, profissionalmente ela não pode receber mais por isso (CAROL, 2025, grifo nosso).

Carol sonha em ser mãe. No futuro, ela pretende sair do setor em que está, na produção de uma TV, e migrar para um ambiente de trabalho mais rentável — e mais seguro. Questionada se consegue imaginar esse ponto da carreira dela, com o desejo de construir uma família realizado, e continuar na área da comunicação, ela ri:

> Sim. Como eu não sei. É uma carreira instável e às vezes você tem que abrir mão de uma coisa para poder dar conta de uma outra, que às vezes não é nem tanto aquilo que você quer. Às vezes você quer ser mãe, mas por estar em uma carreira instável, você abre mão disso, abre mão daquilo, né? Você não tem tempo para se especializar, porque você tem que trabalhar e cuidar de uma casa, às vezes de uma família (CAROL, 2025).

Apesar disso, ao contrário de Dandara, Diana e Melissa, as três ingressantes escolheriam atuar no campo da comunicação uma segunda vez.

Considerações finais

João Pessoa é líder no *ranking* de capitais nordestinas com mais mulheres vítimas de violência sexual, de acordo com um relatório de 2017 da Organização das Nações Unidas (2017), baseado em um estudo da Universidade Federal do Ceará (UFC) em conjunto com o Instituto Maria da Penha. Entre as 10 mil mulheres ouvidas nas nove capitais da região Nordeste, 8,80% das pessoenses alegaram já terem sofrido algum tipo de violência sexual.

Essas agressões se repetem no ambiente de trabalho. Nos sete primeiros meses de 2024, o Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) recebeu 231 denúncias de assédio moral, 61% acima dos números de 2022. Esses dados correspondem ao maior índice de

ocorrências de assédio no ambiente de trabalho para o período dos últimos seis anos e superam os registros totais de 2019 e 2021. Das 215 denúncias, 200 referem-se à violência ou assédio moral; dez à violência ou assédio sexual; e cinco a ambos.

Na esfera do jornalismo, essas violações somam-se às exigências inerentes à cultura profissional, organizacional e aos assédios perpetrados por fontes. A presente pesquisa, dessa maneira, organizou uma investigação inicial acerca da percepção dessas práticas por mulheres jornalistas em João Pessoa, alicerçada na execução de um questionário semiestruturado e entrevistas em profundidade.

Sob essa perspectiva, as respostas obtidas demonstram a recorrência de situações de assédio contra jornalistas mulheres, independente de estado civil, experiência, idade ou raça, uma realidade similar à relatada em cidades como Curitiba-PR, Goiânia-GO e Imperatriz-MA. Conforme Janaína Amorim (2021), o assédio no meio jornalístico resulta da "[...] violência sistêmica e decorrente de uma cultura machista, não de uma peculiaridade regional", nem de circunstâncias relativas à infraestrutura de veículos de comunicação (AMORIM, 2021, p. 101).

Ao longo da nossa análise, observamos a instrumentalização dessa estrutura de poder masculina por trás da assimilação de valores androcêntricos pelo mercado da comunicação e o imaginário das mulheres atuantes no jornalismo. Nossos esforços voltaram-se para a coleta de informações acerca do perfil das mulheres jornalistas de João Pessoa; o tipo, a frequência e os efeitos provocados pelas experiências de assédio; a percepção das profissionais sobre esses episódios; e uma contextualização temporal entre o olhar de jornalistas pioneiras e ingressantes a respeito das violências de gênero enfrentadas por cada uma. Assim, a jornalista pessoense média é branca, solteira e possui ensino superior. Trabalha de seis a dez horas por dia, recebe de dois a três salários mínimos, não tem filhos ou ocupa cargos de chefia, conforme os dados coletados pela nossa pesquisa. Ela sofrerá pelo menos uma forma de violência de gênero durante a carreira.

Por se tratar de um retrato exploratório e preliminar, este trabalho apresenta limitações quanto à amostra e ao escopo da pesquisa. Percebe-se, portanto, a necessidade de estudos mais extensos, capazes de discutir as assimetrias de gênero no jornalismo de João Pessoa e nas redações de outras cidades do país. Enquanto a mídia for um ambiente hostil à jornalista, também será a todas as mulheres.

Referências

ABRAJI; GÊNERO E NÚMERO. *Mulheres no jornalismo brasileiro*. Relatório, 2017. Disponível em https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em 21 jul. 2024.

AMORIM, Janaína. *O CORPO ESTÁ NO CONTRATO? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz*. Orientadora: Dra. Thaísa Bueno. 2021. 119p. Tese (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Margarita; HELOANI, Roberto. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 123, p. 544–561, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.036. Acesso em: 21 jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Edunesp, 2004b.

BRASIL. Artigo 146 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. *Código de Processo Penal*. Disponível em https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7928042&ts=1552946414325&disposition=inline. Acesso em 5 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. *Código de Processo Penal*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm. Acesso em 5 mai. 2024.

CARVALHO, Guilherme; PORTELA, Monique. *Jornalistas intimidadas: Dados de violência moral na Região Sul do Brasil*. In: *CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL*, 17., 2016, Curitiba. *Anais* [...] Curitiba: INTERCOM SUL, 2016. Disponível em https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-1482-1.pdf. Acesso em 5 jul. 2024.

CARVALHO, José Raimundo; OLIVEIRA, Victor Hugo. *Pesquisa de condições socioeconômicas e violência doméstica e familiar contra a mulher: PCSVDF. Relatório Executivo II - Primeira Onda - 2016. Violência Doméstica e seu Impacto no Mercado de Trabalho e na Produtividade das Mulheres*. Fortaleza, 2017. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_socioeconomica_dez16.pdf. Acesso em 29 jan. 2025.

COLETIVO DE MULHERES JORNALISTAS DO SJPDF. *Desigualdade de gênero no jornalismo*. Disponível em http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/38-extra/2929-pesquisa-do-sindicato-revela-as-dificuldades-enfrentadas-pelas-jornalistas-no-ambiente-de-trabalho. Acesso em 5 jul. 2024.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano*. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 10ª ed., 2008.

JOÃO PESSOA. Lei Ordinária nº 11.661, de 21 de janeiro de 2009. Disponível em https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2009/1167/11661/lei-ordinaria-n-11661-2009-dispoe-sobre-o-assedio-moral-no-ambito-da-administracao-direta-e-indireta-do-municipio-de-joao-pessoa-pb-definindo-o-e-criando-mecanismos-proibitivos-da-sua-pratica-com-as-respectivas-penalidades-e-da-outras-providencias. Acesso em 29 jan. 2025.

LAGE, Nilson. *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54225, 2019.

MAIA, Geimison (Coord. Regional); COSTA, Rafael (Coord. Regional); LUNA, Diógenes deet al. *Perfil do Jornalista do Nordeste 2023: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2023. Disponível em https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2023/10/2023-10-22-Perfil-do-Jornalista-do-Nordeste-GEIMISON-MAIA-et-al.pdf. Acesso em 15 mar. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NA PARAÍBA. CAMPANHA 'SETEMBRO AMARELO' - Denúncias de assédio moral no trabalho crescem 61% na Paraíba, revela MPT. Disponível em https://www.prt13.mpt.mp.br/8-institucional/1913-campanha-setembro-amarelo-denuncias-de-assedio-moral-no-trabalho-crescem-61-na-paraiba-revela-mpt. Acesso em 29 jan 2025.

PORTELA, Monique. *Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba*. Orientadora: Dra. Myrian Del Vecchio Lima. 2018. 115p. TCC (Graduação) – Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

RABAY, Glória; BEZERRA, Camila de Lima. "Os homens falam alto e eles te atropelam": o machismo (não só) discursivo no jornalismo político. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 35, n. 1, p. 82–98. Disponível em: https://doi.org/10.14393/CEF-v35n1-2022-6. Acesso em: 21 jul. 2024.

TEMER, Ana Carolina; MORAIS, Ana. *Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero*. *In Mulheres no Jornalismo. Práticas profissionais e emancipação social*. São Paulo: Editora Cásper Líbero. UFC/FIC. 2018.

Submetido em: 19/03/2025

Aceito em: 13/05/2025